

**A LUTA PELA
SUPREMACIA
NA EUROPA**

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

A. J. P. TAYLOR
Membro do Magdalen College

A LUTA PELA
SUPREMACIA
NA EUROPA

1848-1918

TRADUÇÃO
Fernando Santos



editora
unesp

© 1954 A. J. P. Taylor
© 2024 Editora Unesp

Título original: *The Struggle for Mastery in Europe: 1848-1918, First Edition*

The Struggle for Mastery in Europe: 1848-1918 is originally published in English in 1954. This translation is published by arrangement with Oxford University Press. Editora Unesp is solely responsible for this translation from the original work and Oxford University Press shall have not liability for any errors, omissions or inaccuracies or ambiguities in such translation or for any losses caused by reliance thereon.

The Struggle for Mastery in Europe: 1848-1918 foi originalmente publicada em inglês em 1954. Esta tradução é publicada por acordo com a Oxford University Press. A Editora Unesp é o único responsável por esta tradução da obra original e a Oxford University Press não terá nenhuma responsabilidade por quaisquer erros, omissões, imprecisões ou ambiguidades em tal tradução ou por quaisquer perdas causadas pela confiança nisso.

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

T238l Taylor, A. J. P.
A luta pela supremacia na Europa: 1848-1918 / A. J. P. Taylor; traduzido por Fernando Santos. – São Paulo: Editora Unesp, 2024.
Tradução de: *The Struggle for Mastery in Europe: 1848-1918*
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5711-227-4
1. História geral. 2. História europeia. 3. Guerras. I. Santos, Fernando. II. Título.

2024-3396

CDD 940
CDU 94(4)

Editora afiliada:


Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe


Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Prefácio 17

Lista de mapas 19

Introdução: As grandes potências europeias 21

 O equilíbrio de poder

 Alternativas a ele

 Império universal

 Lei moral

 Expansão extraeuropeia

 A última era de equilíbrio

 Mudanças na população

 Mudanças nos recursos militares

 Mudanças na capacidade econômica

 Mudanças na estabilidade política

 Medo da revolução

I. A diplomacia da revolução, 1848 41

 O sistema de Metternich

 Os tratados de Münchengrätz (1833)

 O programa radical

 A circular de Lamartine (4 de março de 1848)

 A queda de Metternich (13 de março)

Rússia e a revolução
França e Polônia
A Questão de Schleswig
A Grã-Bretanha e Schleswig
O armistício de Malmö (26 de agosto)
A Alemanha e as potências
A Questão Italiana
A política britânica
A política francesa
A mediação anglo-francesa
A vitória da Áustria

II. A diplomacia da reação, 1849-1850 63

Os novos realistas
A perspectiva de Luís Napoleão
Preparativos do conflito austro-prussiano
Segunda guerra austro-sarda (março de 1849)
Queda da república romana
Intervenção russa na Hungria
Os refugiados húngaros
Frederico Guilherme IV e a Alemanha
A transição (setembro)
Apelos prussianos e austríacos à Rússia
Abordagem francesa da Prússia
Conflito austro-prussiano (novembro de 1850)
O acordo de Olomouc
Aliança austro-prussiana (março de 1851)
Triunfo aparente da Rússia

III. O fim da Santa Aliança, 1852-1853 85

1851: ano de paz
Ameaça francesa à Bélgica
Reconhecimento de Napoleão III (dezembro de 1852)
Reivindicação francesa à Terra Santa
Nicolau I e Seymour
A missão Menshikov (março de 1853)
O recado de Viena (agosto)
Nicolau I em Omolouc
Início da guerra entre Rússia e Turquia

Missão de Orlov a Viena (janeiro de 1854)
Início da Guerra da Crimeia
Suas causas

IV. A Guerra da Crimeia, 1854-1856 101

A política de Buol
Neutralidade prussiana
Aliança austro-prussiana (20 de abril de 1854)
Os Quatro Pontos
Invasão da Crimeia
Aliança da Áustria com as potências ocidentais (2 de dezembro)
Aliança sarda com as potências ocidentais (janeiro de 1855)
Manutenção da neutralidade prussiana
Conferência de paz em Viena
Seu fracasso
Tomada de Sebastopol (8 de setembro)
Ultimato austríaco à Rússia
Assinatura de preliminares da paz (1º de fevereiro de 1856)

V. O Congresso de Paris e suas consequências, 1856-1858 123

O Congresso de Paris
Garantia tripartite à Turquia
Cavour em Paris
Os planos de Napoleão III
A disputa sobre Bolgrad
Rompimento anglo-francês com Nápoles
Disputa sobre os principados do Danúbio
Napoleão III e Alexandre II em Stuttgart (setembro de 1857)

VI. A Guerra da Itália e o rompimento do Acordo de Viena, 1858-1861 139

Napoleão III e a Itália
A conspiração de Orsini
Encontro entre Cavour e Napoleão III em Plombières (julho de 1858)
Negociações franco-russas
Tratado Franco-Russo (3 de março de 1859)
A “nova era” na Prússia
Governo conservador na Grã-Bretanha
Aliança franco-sarda (19 de janeiro)

Missão Cowley a Viena (março)
Proposta de congresso europeu
Ultimato austríaco à Sardenha (19 de abril)
A Guerra da Itália
Proposta de mediação europeia
Acordo de Villafranca (julho)
Política russa depois da guerra
A anexação da Savoia (março de 1860)
Expedição de Garibaldi à Sicília
Reconciliação entre Prússia e Áustria
Reconciliação entre França e Rússia
O encontro de Varsóvia (outubro)
Unificação italiana

VII. A crise polonesa e o fim da Entente franco-russa, 1861-1863 165

A calma ilusória de 1861
Rompimento entre Prússia e Áustria
A política de Bernstorff
Bismarck no poder (setembro de 1862)
Sua estratégia em relação à França
A revolta na Polônia (janeiro de 1863)
A Convenção de Alvensleben (fevereiro)
Os planos de De Drouyn contra a Prússia
O repúdio da convenção de Alvensleben
Os planos de intervenção na Polônia
Fim da Aliança Franco-Russa
O fracasso em restaurar a Santa Aliança
O plano malsucedido de Napoleão de um congresso europeu

VIII. As guerras de Bismarck: a derrota da Áustria, 1864-1866 181

A desunião europeia
Novas crises em Schleswig
Aliança austro-prussiana (16 de janeiro de 1864)
A guerra contra a Dinamarca
Tentativas britânicas de proteger a Dinamarca
O fracasso da cooperação anglo-francesa (19 de fevereiro)
A Conferência de Londres
Seu colapso
A inação britânica

A paz com a Dinamarca (agosto de 1864)
Convenção franco-italiana sobre Roma (setembro)
Ministro do Exterior austríaco Mensdorff
Tratado de Gastein (agosto de 1865)
Bismarck e Napoleão III em Biarritz
Napoleão III e Venézia
Aliança entre Prússia e Itália (8 de abril de 1866)
Proposta austríaca de desarmamento
A Missão Gablenz
Proposta de um congresso europeu
Tratado entre França e Áustria (12 de junho)
Guerra Austro-Prussiana
Mediação francesa
A Paz de Praga (agosto)
A nova ordem na Alemanha

IX. O isolamento da França, 1866-1870 209

Anexações prussianas na Alemanha
Aquiescência de Napoleão
Exigências francesas de compensação
Aquiescência russa
Propostas de uma aliança franco-prussiana
Insurreição em Creta
Tentativa de aliança franco-russa
Crise relacionada a Luxemburgo (abril de 1867)
Alexandre II em Paris (junho)
Encontro entre Francisco José e Napoleão III em Salzburgo (agosto)
Mentana
Propostas para uma aliança austro-francesa (1868)
Fim da questão de Creta
Proposta de uma tríplice aliança entre Áustria-Hungria, França e Itália
Causas do seu fracasso
Missão de Fleury a São Petersburgo (novembro de 1869)
Proposta francesa de desarmamento

X. O fim da supremacia francesa, 1870-1875 239

Falta de intenção na guerra de 1870
A passividade de Bismarck
Príncipe Leopoldo como candidato ao trono espanhol

A Guerra Franco-Prussiana
A neutralidade britânica
A neutralidade russa
A neutralidade austro-húngara
Ocupação italiana de Roma
Batalha de Sedan (2 de setembro)
Esforços franceses para assegurar a mediação europeia
Thiers em São Petersburgo
Denúncias pela Rússia de cláusulas que neutralizavam o Mar Negro (31 de outubro de 1870)
A Conferência de Londres
Paz de Frankfurt (maio de 1871)
A Liga dos Três Imperadores
Seus equívocos
A França depois da derrota
A política de Thiers
A política de Decazes
A crise da “guerra iminente” (maio de 1875)

XI. A grande crise oriental, 1875-1878 267

As potências e a questão do Leste
Pan-eslavismo
Conflitos na política austro-húngara
Insurreição na Bósnia
A Nota de Andrassy (30 de dezembro de 1875)
O Memorando de Berlim
O Acordo de Reichstadt (8 de julho de 1876)
Alexandre II se decide a respeito da guerra
Estratégias russas em relação à Alemanha e à França
A Conferência de Constantinopla
As convenções de Budapeste (janeiro de 1877)
A Guerra Russo-Turca (abril)
Plevna e suas consequências
A Paz de Santo Estêvão (3 de março de 1878)
Ignatiev em Viena
Shuvalov e Salisbury
O Congresso de Berlim (junho)
O novo equilíbrio de poder

XII. As alianças de Bismarck, 1879-1882 295

- A geração da paz
- A política britânica no Oriente Próximo
- Os temores da Rússia
- A aliança austro-germânica (outubro de 1879)
- Bismarck e a Grã-Bretanha
- Novas estratégias russas
- Gladstone no poder
- A Liga dos Três Imperadores (18 de junho de 1881)
- A política italiana
- A Questão da Tunísia
- A Tríplice Aliança (20 de maio de 1882)
- Aliança austríaca com a Sérvia
- Aliança austro-germânica com a Romênia
- O sistema de alianças de Bismarck

XIII. O colapso da “aliança liberal” e suas consequências, 1882-1885 321

- A anuência francesa depois de 1877
- Ressurgimento da “aliança liberal”
- A Questão Egípcia
- Controle anglo-francês no Egito
- Intervenção britânica no Egito (setembro de 1882)
- O ressentimento francês
- A atitude de Bismarck
- Sua aliança com a França
- Sua política colonial
- Encontro dos três imperadores em Skierniewice (setembro de 1884)
- A liga continental
- A queda de Jules Ferry (30 de março de 1885)
- A crise de Pendjeh (abril)
- Fim da aliança franco-germânica
- Causas da segurança britânica

XIV. O triunfo da diplomacia: a crise búlgara, 1885-1887 345

- União entre Bulgária e Romélia Oriental (19 de setembro de 1885)
- Abdicação do príncipe Alexandre (agosto de 1886)
- O boulangismo na França
- Nova legislação militar na Alemanha

Acordo Anglo-Italiano (12 de fevereiro de 1887)
Retomada da Tríplice Aliança (20 de fevereiro)
Acordo Anglo-Austríaco (24 de março)
Fracasso da Missão Drummond Wolff
O Tratado de Resseguro (18 de junho)
Eleição de Ferdinando na Bulgária
O Segundo Acordo Mediterrâneo (12 de dezembro)
Fim da crise búlgara
Causas do desfecho pacífico

XV. A construção da Aliança Franco-Russa, 1888-1894 367

Bismarck e Guillherme II
O “novo rumo” na Alemanha
O Tratado de Heligoland (1º de julho de 1890)
Pressão francesa sobre a Itália
Rumores de uma Quádrupla Aliança
A Aliança Franco-Russa (agosto de 1891)
A insatisfação francesa com ela
O convênio militar franco-russo (agosto de 1892)
A estratégia de Schlieffen
Gladstone e Rosebery
A crise do Sião (julho de 1893)
A Aliança Franco-Russa (janeiro de 1894)

XVI. O fracasso da liga continental, 1894-1897 389

Isolamento britânico
O Programa Spencer
O Tratado Anglo-Congolês (12 de maio de 1894)
Fracasso da Aliança Anglo-Francesa
Fracasso da Aliança Anglo-Russa
A Guerra Sino-Japonesa
Intervenção europeia contra o Japão (abril de 1895)
Lobanov e Constantinopla
Fracasso britânico em passar pelos Estreitos (novembro)
Hanotaux e o Oriente Próximo
Planos alemães para uma liga continental
O telegrama de Kruger (3 de janeiro de 1896)
Avanço britânico no Sudão

Último alerta nos Estreitos
A Aliança Austro-Russa (maio de 1897)
Uma liga continental de negações

XVII. A era da “política mundial”, 1897-1902 415

Bülow e a política alemã
Ocupação alemã de Kaio-Chow (novembro de 1897)
Resposta da Rússia
Proposta de Chamberlain de uma aliança com a Alemanha (abril de 1898)
O acordo anglo-germânico sobre as colônias portuguesas (30 de agosto)
A crise de Fashoda (setembro)
A ferrovia de Bagdá
Delcassé e a aliança russa
A Guerra dos Bôeres (outubro de 1899)
Propostas de mediação europeia
A Revolta dos Boxers (junho de 1900)
O Acordo Anglo-Germânico sobre a China (16 de outubro)
A proposta de Lansdowne de aliança com a Alemanha
A política japonesa
A Aliança Anglo-Japonesa (30 de janeiro de 1902)

XVIII. Os últimos anos do isolamento britânico: a construção da

Aliança Anglo-Francesa, 1902-1905 447
A declaração franco-russa sobre a China (20 de março de 1902)
A Questão do Marrocos
Acordos franceses com a Itália
Fracasso das negociações francesas com a Espanha
Fracasso britânico em reativar a aliança mediterrânea
Negociações a respeito da ferrovia de Bagdá
Nova crise no Extremo Oriente
Reconciliação entre Grã-Bretanha e França
A Aliança Anglo-Francesa (8 de abril de 1904)
Bezobrazov e os “coreanos”
A Guerra Russo-Japonesa (fevereiro)
A autoconfiança alemã
O caso do Dogger Bank (outubro)
Fracasso da Aliança Russo-Alemã
Auge da segurança e do isolamento britânicos

XIX. A formação da Tríplice Entente, 1905-1909 471

- O poderio alemão em 1905
- Visita de Guilherme II a Tânger (31 de março de 1905)
- Rouvier e Delcassé
- A queda de Delcassé (6 de junho)
- Acordo Franco-Alemão a respeito do Marrocos (8 de julho)
- O Tratado de Björkö (25 de julho)
- Apelo francês à Grã-Bretanha
- Grey e o governo liberal
- O diálogo militar anglo-francês (31 de janeiro de 1906)
- Conferência de Algeciras
- Importância da primeira crise marroquina
- A Entente Anglo-Russa (31 de agosto de 1907)
- Rivalidade naval anglo-germânica
- Os projetos de Izvolski
- Os projetos de Aehrenthal
- Os encontros em Buchlov (15 de setembro de 1908)
- A anexação da Bósnia e da Herzegovina (5 de outubro)
- Apoio alemão à Áustria-Hungria
- Acordo franco-germânico sobre o Marrocos (9 de fevereiro de 1909)
- Derrota da Rússia na Crise Bósnia

XX. Os anos de hostilidade anglo-germânica, 1900-1912 501

- A sombra da guerra generalizada
- Alerta da aceleração naval alemã
- Bülow e a marinha alemã
- Bethmann como chanceler alemão
- Negociações anglo-germânicas
- A política russa depois da Crise Bósnia
- Sazonov em Potsdam
- Caillaux e a Alemanha
- Ocupação francesa de Fez (maio de 1911)
- A *Panther* em Agadir (1º de julho)
- Fracasso russo em apoiar a França
- A política britânica no Marrocos
- O discurso de Lloyd George em Mansion House (21 de julho)
- A crise anglo-germânica
- O fim da questão marroquina
- Ataque italiano à Turquia

A “pipa de Charykov”

A Missão Haldane (fevereiro de 1912)

Alerta francês

Troca de cartas entre Grã-Bretanha e França (22 de novembro)

Motivações da política britânica

XXI. As guerras dos Bálcãs e a sua sequência, 1912-1914 527

A Rússia e o declínio da Turquia

A Liga Balcânica

A decisão de Poincaré

Suas garantias à Rússia

Impotência da Áustria-Hungria

A Primeira Guerra dos Bálcãs (outubro de 1912)

Apoio austro-húngaro à Albânia

Oposição russa à Bulgária

A Conferência de Londres

Criação da Albânia

Legislação militar alemã

A Segunda Guerra dos Bálcãs

Tratado de Bucarest (agosto de 1913)

Lições das Guerras dos Bálcãs

Tratado anglo-germânico sobre as colônias portuguesas

A questão da Turquia asiática

A ferrovia de Bagdá

O protetorado alemão da Turquia

O caso Liman von Sanders

Afastamento entre Alemanha e Rússia

XXII. A eclosão da guerra na Europa, 1914 555

Grey e a Tríplice Entente

Negociações navais anglo-russas

Melhora das relações anglo-germânicas

Apoio alemão à Áustria-Hungria

Sua postura com relação à Romênia

Desintegração da Tríplice Entente

Falta de política por parte da Alemanha

Assassinato de Francisco Ferdinando (28 de junho de 1914)

Decisão austro-húngara

Estímulo alemão a ela

Declaração de guerra austro-húngara à Sérvia
Mobilização russa (30 de julho)
Declarações de guerra alemãs à França e à Rússia
Hesitações britânicas
Declaração de guerra britânica à Alemanha (4 de agosto de 1914)
Causas da guerra
Os planos militares alemães
Efeitos não previstos da guerra
Incapacidade de alcançar vitórias rápidas

XXIII. A diplomacia de guerra, 1914-1918 577

A busca de aliados
Rússia e Romênia
Entrada da Turquia na guerra
A busca por objetivos de guerra
Reivindicações russas de Constantinopla
Acordo correspondente entre Grã-Bretanha e França (março de 1915)
Disputa pela Itália
O Tratado de Londres (26 de abril)
Entrada da Itália na guerra
Aliança da Bulgária com as Potências Centrais
As campanhas de 1916
Entrada da Romênia na guerra
A busca por uma paz de compromisso
As Potências Centrais e a Polônia
Postura americana diante da guerra
Proposta de paz alemã
Definição dos objetivos de guerra aliados
Entrada dos Estados Unidos na guerra
Colapso da Rússia
Proposta de paz austro-húngara
A resolução de paz no Reichstag
Esforço papal pela paz
O Tratado de Brest-Litovsk (3 de março de 1918)
Os Catorze Pontos
Fim do equilíbrio de poder

Referências bibliográficas 615

Índice remissivo 653

PREFÁCIO

Saúdo a oportunidade de agradecer ao presidente e aos membros do Magdalen College, Oxford, por sua paciência infindável e por um ano de ausência sabática, que procurei aproveitar da melhor maneira possível. Meu original foi analisado em diversas etapas, o que só lhe fez bem, pelo sr. Nicholas Henderson, pelo sr. Alan Bullock e por minha esposa; e as provas foram meticulosamente examinadas por meu colega sr. C. E. Stevens.

A senhorita Mary Potter prestou-me um grande serviço ao desenhar os mapas. Também sou grato pela autorização de usar detalhes dos seguintes mapas: da Ásia Central, extraído de *Everyman's Literary and Historical Atlas of Asia*, publicado por J. M. Dent & Sons Ltd., com autorização de John Bartholomew & Son Ltd.; do Extremo Oriente e da África portuguesa, extraído de *The Diplomacy of Imperialism*, de W. L. Langer, com autorização de Alfred Knopf Inc.; e da Pérsia, extraído de *British Documents on the Origins of the War 1898-1914*, Vol. IV, com autorização do Controlador do Serviço de Publicações de Sua Majestade.

A. J. P. T.

LISTA DE MAPAS

As grandes potências em 1848.....	39
Romênia	124
Itália	140
Polônia	167
Schleswig-Holstein	183
A fronteira do Reno	210
Bulgária	269
Avanços russos na Ásia Central.....	339
O Vale do Nilo	392
Extremo Oriente	417
África do Sul.....	429
A partilha do Marrocos.....	460
A partilha da Pérsia	488
Sérvia	543
África Portuguesa	547
A partilha da Turquia Asiática	607
Objetivos militares das Potências Centrais.....	704
Objetivos militares da Entente	706

INTRODUÇÃO

AS GRANDES POTÊNCIAS EUROPEIAS

No estado de natureza imaginado por Hobbes, a violência era a única lei, e a vida era “sórdida, brutal e curta”. Embora os indivíduos nunca tenham vivido nesse estado de natureza, as Grandes Potências europeias sempre viveram nele. Estados soberanos têm caracterizado a civilização europeia, pelo menos desde o final do século XV. Nenhum Estado europeu admitiu nenhum código superior e não reconheceu nenhum código moral além daquele aceito voluntariamente por sua própria consciência. Teoricamente, cada Estado só podia se justificar sendo capaz de resistir por meio da força à intrusão forçada dos outros; e, se a visão de Hobbes está correta, a história da Europa deveria ser a história de uma guerra sem fim. Na verdade, a Europa conheceu quase tanta paz quanto conheceu a guerra; e ela deve esses períodos de paz ao equilíbrio de poder. Nenhum Estado jamais foi suficientemente forte para engolir os outros; e a desconfiança mútua das Grandes Potências preservou até mesmo os pequenos Estados, que não teriam conseguido se preservar. As relações das Grandes Potências determinaram a história da Europa. Este livro aborda a última era em que a Europa foi o centro do mundo.

Os homens nem sempre concordaram com a eterna quadrilha do equilíbrio de poder. Muitas vezes desejaram que a música parasse e que eles não precisassem participar de uma dança que os obrigava a vigiar ininterruptamente uns aos outros. Buscaram uma autoridade universal que ofuscasse os Estados individuais e lhes retirasse a soberania. A “solução” mais simples para a anarquia, como Hobbes defendia, é que uma potência deveria

submeter todas as outras. Essa solução tem sido proposta na Europa inúmeras vezes. Filipe II da Espanha e Luís XIV talvez tenham tentado alcançar a hegemonia na Europa; o grande Napoleão certamente conseguiu. Em 1848, quando este livro se inicia, fazia apenas trinta anos que a tentativa de controle por parte de Napoleão ocorrera; e supunha-se, de modo geral, que a França iria retomar a tentativa. A criação do Segundo Império parecia justificar esse temor; na verdade, porém, Napoleão III não tinha nada de imperial além do nome, e o equilíbrio de poder sobreviveu praticamente incólume ao seu desafio. A tentativa francesa terminou em 1870. Seguiu-se um novo equilíbrio; e somente depois de trinta anos de paz é que começou a ficar claro que a Alemanha tinha ocupado o lugar da França como a potencial conquistadora da Europa. A Primeira Guerra Mundial foi, da parte dos inimigos da Alemanha, uma guerra para preservar ou restaurar o equilíbrio de poder; porém, embora a Alemanha tenha sido derrotada, o equilíbrio de poder não foi restaurado. Se a guerra tivesse se limitado à Europa, a Alemanha teria vencido; ela só foi derrotada devido à entrada dos Estados Unidos na guerra. Este livro termina, logicamente, quando a Europa deixou de ser autossuficiente e quando seu destino passou a depender de forças externas.

Seria incorreto, porém, representar a história internacional como o simples registro do equilíbrio de poder, interrompido por desafios de um único conquistador. Os homens tentaram substituir o Estado soberano tanto por uma lei moral universal como por uma força armada avassaladora. Eles buscaram uma “ideologia” que substituísse o culto do Leviatã. No século XVI foi o catolicismo romano da Contrarreforma; no final do século XVIII, as ideias da Revolução Francesa e os Direitos do Homem. Aqueles que resistiram a Napoleão não pregaram simplesmente a soberania dos Estados; eles reagiram aos Direitos do Homem com um conservadorismo da tradição e do respeito. A “solidariedade monárquica” era um credo tanto quanto o radicalismo; e, em 1848, os homens não esperavam novas manobras do equilíbrio de poder. Eles esperavam uma guerra religiosa maior, com a Santa Aliança de um lado e a revolução do outro. Isso não aconteceu. As ideologias foram um tema secundário nos setenta anos entre 1848 e 1918; e o equilíbrio de poder funcionou como um cálculo quase tão puro como nos dias que antecederam a Revolução Francesa. Ele parecia ser o equivalente político das leis da economia, ambos funcionando automaticamente. Se cada homem seguisse seu próprio interesse, todos prosperariam; e, se cada Estado seguisse seu próprio interesse, tudo seria tranquilo e seguro. Só aqueles que rejeitavam o *laissez faire* rejeitavam o equilíbrio de poder – idealistas religiosos numa extremidade, socialistas internacionais na outra.

A Primeira Guerra Mundial desacreditou tanto as leis da economia como as da política. As leis que funcionavam automaticamente tinham deixado de funcionar. Os encontros da Internacional Socialista em Zimmerwald e Kienthal anunciaram uma nova moral, na qual os Estados soberanos deixariam de existir; e, quando os bolcheviques tomaram o poder na Rússia, essa moral assumiu uma forma concreta. Mas mesmo os “liberais” deixaram de respeitar as leis sobre as quais a ordem liberal europeia tinha sido construída. Assim como eles atenuaram o rigor de seu sistema econômico por meio de medidas de segurança social e do Estado de bem-estar, também esperavam atenuar a soberania por meio de uma autoridade internacional baseada no consentimento, não na conquista ou numa ideologia universal. Os europeus deixaram de acreditar numa anarquia em que todos se comportariam bem simplesmente por terem boa índole; e, em vez disso, sonhavam com uma revolução indolor, na qual os homens renunciariam a sua independência e soberania sem perceber.

Lênin e Wilson eram os símbolos dessas novas visões. A Internacional Comunista e a Liga das Nações anunciaram o fim do equilíbrio de poder; a única questão era se ele seria destruído violentamente pela revolução ou se desapareceria imperceptivelmente. Também nesse caso existe um fim lógico para este livro – o momento, em 1918, em que os bolcheviques recorreram a uma paz revolucionária à revelia dos governos constituídos e em que Wilson anunciou seus Catorze Pontos. O equilíbrio de poder é o tema; e o livro termina quando esse tema é ofuscado.

O equilíbrio de poder funcionou sem entraves durante os setenta anos entre a queda de Metternich e as diversas rejeições que ele sofreu por parte de Lênin e Wilson. No entanto, a Europa não deveu sua paz unicamente ao equilíbrio de poder. Embora a Europa eclipsasse o mundo e possuísse a única civilização criativa, muitos europeus voltaram seu olhar para fora dela. Mesmo a Espanha e a França tinham se deixado distrair por pretensões ultramarinas em seus dias de conquista europeia. No século XIX, tanto a Grã-Bretanha como a Rússia teriam preferido voltar as costas à Europa, e o fizeram inúmeras vezes.¹ Os objetivos da Grã-Bretanha estavam na Índia,

1 Escrevi, ao longo deste livro, como se os Estados e as nações fossem unidades monolíticas, que definiam personalidades; como nesta frase, que insinua que todo inglês e todo russo trocou a Europa pelo mundo exterior. Na verdade, a maioria dos cidadãos do país em questão conheciam pouco da sua política externa, e se importavam ainda menos. “França” ou “os alemães” significa nada mais que “aqueles franceses ou alemães específicos que, por acaso, moldavam a política naquele momento específico”; e mesmo estes geralmente se diferenciavam uns dos outros. Por vezes se tratava literalmente de dois ou três homens – um imperador, seu ministro do Exterior e

na África e no comércio mundial; quanto à Rússia, na Ásia Central e, posteriormente, no Extremo Oriente. A França olhava para a África do Norte; e, posteriormente, a Itália fez o mesmo. A Alemanha deveu suas vitórias em meados do século em parte por estar livre dessas distrações; ela não se interessava nem pelo destino do Império Turco. Porém, à medida que cresceu em importância, ela também passou a aspirar ao “poder mundial”; e a sua busca por ele, talvez ameaçada, interferiu em sua conquista da Europa. Só o Império Austríaco não tinha interesses fora da Europa, o que era um sinal de fraqueza, não uma fonte de força. As relações da Europa com o mundo exterior não são, em si mesmas, o tema deste livro. Elas se intrometem somente quando afetam as relações das Grandes Potências umas com as outras e moderam o funcionamento do equilíbrio entre elas.

Teria sido uma surpresa para os homens de 1848 descobrir que a história internacional das duas gerações seguintes se preocuparia principalmente com o equilíbrio de poder, e não com uma guerra de crenças ou uma tentativa de controle universal. As revoluções de 1848 assinalaram o fim do respeito e da ordem constituída, tanto no país como nas relações internacionais; no entanto, o sistema existente sobreviveu às revoluções e até transformou seu ímpeto nacionalista num novo suporte para o equilíbrio de poder. Para os homens do século XIX, a época em que viviam era uma época de agitação e de revolta; contudo, ela foi surpreendentemente estável nas relações internacionais, se comparada não apenas ao caos do século XX, mas aos séculos que a precederam. Falamos em *ancien régime* como se ali reinasse uma estabilidade divina. Na verdade, as potências subiam e desciam na escala a uma velocidade estonteante. Das potências indiscutivelmente classificadas entre as Grandes no Congresso de Westfália em 1648, três – Suécia, Holanda e Espanha – deixaram de sê-lo e uma – a Polônia – deixou de existir antes do final do século XVIII; seu lugar foi ocupado pela Rússia e pela Prússia, dois Estados que passavam praticamente despercebidos um século antes. Não houve nenhuma roda da fortuna desse tipo durante o século XIX, apesar de seu caráter supostamente revolucionário. As Grandes Potências que

um conselheiro menos oficial; às vezes a equipe permanente do Ministério do Exterior; às vezes os líderes de uma Assembleia parlamentar e os principais escritores sobre relações internacionais; às vezes a opinião pública num sentido mais amplo. O sentido é bastante óbvio, embora certamente tecnicamente indefensável. Não obstante, havia algo parecido a uma visão nacional sobre as relações internacionais em cada país, apesar da indiferença e das controvérsias. Seja como for, foi preciso usar esse atalho grosseiro para apresentar a diplomacia de setenta anos num único volume; e procurei não dar muita importância a isso.

começaram a Primeira Guerra Mundial em 1914 eram as mesmas que tinham integrado o Congresso de Viena em 1814. A Prússia tinha mudado seu nome para Alemanha. Fora isso, Metternich e Castlereagh, Talleyrand e Alexandre I teriam identificado os pontos de referência europeus.²

O francês ainda era a língua da diplomacia, embora seu domínio estivesse se enfraquecendo. Diplomatas prussianos, italianos e austríacos deixaram de se corresponder em francês com seus ministros do Exterior durante os anos 1860;³ mas os russos continuaram a escrever em francês até o século XX, e Benckendorff, embaixador em Londres, utilizou-o até morrer, em 1917. O idioma era utilizado quase com exclusividade nos encontros internacionais⁴ e mesmo em reuniões internacionais privadas. Sir Edward Grey foi o primeiro ministro do Exterior britânico a se dirigir aos embaixadores em inglês; e estes respondiam em francês, geralmente sem a ajuda de um intérprete. Todos os embaixadores, com a exceção dos franceses da Terceira República, vinham da aristocracia; e mesmo os franceses tinham praticamente a mesma cultura – seria difícil confundir Paul Cambon ou mesmo Barrère, o ex-comunardo, com um proletário. Todos frequentavam a mesma sociedade aristocrática, com a missão de pegar a frase casual e interpretá-la em termos de “grande política”. Embora mantivessem os mistérios da diplomacia secreta, havia poucos segredos de verdade no mundo diplomático, e todos os diplomatas eram honestos, de acordo com seu código moral.⁵ Nenhum embaixador dizia “Não” quando a resposta verdadeira deveria ter sido “Sim”; mas ele poderia se esquivar da pergunta ou até mesmo, se fosse suficientemente esperto, dar uma impressão enganadora. Na verdade, o mundo da diplomacia era muito parecido com o mundo dos negócios, no qual o respeito pelo caráter sagrado do contrato não impede as mais surpreendentes mudanças da fortuna. Muitos diplomatas eram ambiciosos, alguns eram vaidosos ou estúpidos, mas tinham uma espécie de objetivo comum – preservar a paz na Europa sem pôr em risco os interesses ou a segurança de seu país.

2 As “Cinco Grandes Potências” se tornaram seis em 1861 com o acréscimo da Itália. A mudança foi mais nominal que real; e a Itália simbolizou sua posição ambígua ao entrar na última grande guerra europeia com um ano de atraso.

3 Os diplomatas britânicos sempre tinham usado inglês.

4 Beaconsfield se dirigiu ao Congresso de Berlim em inglês, mas as atividades do congresso foram realizadas em francês.

5 É cansativo acrescentar “exceto os italianos” a cada generalização. Daqui em diante, isso pode ser pressuposto.

Embora as Grandes Potências continuassem as mesmas, elas tinham seus altos e baixos. A França ganhou território em 1860 e perdeu mais em 1871; a Áustria perdeu mais em 1859 e 1866 do que ganhou em 1878; a Rússia recuperou em 1878 o que tinha perdido em 1856. Todos, exceto a Áustria-Hungria, ganharam muito território fora da Europa nos trinta anos depois do Congresso de Berlim. Essas mudanças são registradas ao longo da narrativa. Mas também havia mudanças mais lentas e menos perceptíveis que estavam preparando o caminho para uma reviravolta fundamental no equilíbrio de poder – mudanças populacionais, nos recursos econômicos e na estrutura política. Esta introdução procura traçar o padrão subjacente diante do qual a política se moveu. As Grandes Potências eram, como o nome indica, organizações de poder, isto é, em última instância, de guerra. Elas podem ter outros objetivos – o bem-estar de seus cidadãos ou a grandeza de seus governantes. Mas o teste básico para elas como Grandes Potências era sua capacidade de guerrear. Seria muito simples dizer que uma grande potência é aquela que pode imaginar uma guerra contra qualquer outra potência com confiança. Depois de 1871, a França não podia esperar derrotar a Alemanha sozinha; e o mesmo valia para a Áustria-Hungria contra a Rússia – ou assim se pensava. Ambos os países estavam conscientes de que só poderiam permanecer entre os Grandes se a diplomacia trouxesse aliados em socorro de seus exércitos. Mas isso era uma questão de grau. Mesmo a maior das potências evitava enfrentar sozinha uma coalizão; e a mais frágil delas poderia ter uma participação respeitável num conflito geral entre as Grandes Potências. De todo modo, a diferença entre as Grandes Potências era muito menor que entre qualquer uma delas e o mais forte dos Estados menores.

Portanto, o teste de uma grande potência é o teste da capacidade de guerrear. Em 1848, e, na verdade, durante muito tempo, esse teste era simples. Apesar do desenvolvimento da artilharia, a infantaria determinava o resultado da batalha; e a “força proporcional” era a estimativa básica. Naturalmente, as estimativas eram em geral fictícias. Em 1848, a França deveria ter um exército regular de 350 mil homens; mas teve dificuldade em reunir 70 mil homens para o corpo expedicionário que propusera enviar à Itália. Calculava-se que o exército russo tivesse mais de 600 mil homens; mas pouco mais da metade deles serviu na Crimeia. Todos os exércitos, com exceção do prussiano, tinham um serviço de longo prazo, praticamente para toda a vida. Logo, a população importava menos que o número de homens efetivamente treinados. O exército prussiano era considerado um pouco melhor que uma milícia. Suas vitórias de 1866 e 1870 revolucionaram a doutrina militar. Depois de 1871, toda potência continental adotou o sistema prussiano

de serviço militar universal durante três anos;⁶ e a força passou a corresponder mais de perto aos números da população. A mudança nem sempre foi bem-feita. Só a Alemanha e a França exploraram o sistema plenamente. O treinamento era inadequado na Áustria-Hungria e na Itália; e, na Rússia, a máquina militar nunca deu conta dos milhões de conscritos potenciais. Ainda assim, o tamanho dos exércitos deu um tremendo salto para a frente. Isso teve um impacto profundo na posição da Grã-Bretanha na Europa. Nos bons tempos, seu exército regular de voluntários muito bem remunerados podia ter uma atuação respeitável, comparável até à de um exército do continente; depois de 1871, ele foi ofuscado. A Grã-Bretanha tinha enviado à Crimeia um exército que às vezes era metade, e nunca menos de um terço, das forças francesas; em 1914, ela conseguiu pôr em campo um vigésimo do exército francês. Foi preciso uma guerra mundial para fazer que a Grã-Bretanha se tornasse novamente a potência militar que tinha sido até meados do século XIX. Fora isso, o equilíbrio de poder foi afetado diretamente pelas mudanças populacionais que ocorreram durante o período.

Tabela I. *Populações das Grandes Potências, 1850-1910 – (em milhões)*

	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910
Prússia	16	18,5	–	–	–	–	–
Alemanha	35,9	38	41	45	49	56	65
Áustria	30,7	31,7	35,8	38	41	45	50
França	35,8	37,4	36	37	38	39	39
Grã-Bretanha	27,6	29	31	35	38	41	45
Itália	24,3	25	26	28	30	32	35
Rússia	57	63	77	89	95	103	111

A mudança mais surpreendente foi na posição da França. Durante séculos ela tinha sido o país mais populoso da Europa. Em 1850, ela ainda superava todas as Grandes Potências, com exceção da Rússia; quase teria obtido essa posição, mesmo se a Alemanha estivesse unificada. Em 1910, era a potência menos populosa, com exceção da Itália; e a Itália a estava alcançando rapidamente. Ela tinha 14% da população europeia em 1850, e menos de 10% cinquenta anos depois. Já a Prússia representava apenas 5% da Europa em 1850, e a Alemanha unificada, 15% em 1910. Esses números tinham uma

6 A França e a Alemanha reduziram o serviço para dois anos nos anos 1890. O serviço francês foi aumentado novamente para três anos em 1913.

importância psicológica. As pessoas começaram a pensar em termos estatísticos no final do século XIX; e a diminuição dos recursos humanos da França ajudou a aumentar a perda de confiança, que talvez fosse a causa dela. Na verdade, os números não mostravam toda a realidade. A França, com sua taxa de natalidade baixa, tinha uma população mais equilibrada e, em particular, uma proporção maior de homens em idade militar que a Alemanha; conseqüentemente, ela foi capaz de pôr quase o mesmo número de homens no campo de batalha durante a Primeira Guerra Mundial que a Alemanha, e sofreu quase o mesmo número de baixas. O efeito mais revelador veio da projeção das curvas populacionais no futuro; pois as pessoas já tinham começado a supor que uma curva estatística se prolongaria implacavelmente – uma suposição raramente confirmada pelos fatos. Portanto, o futuro da França realmente parecia incerto. Porém, enquanto a França comparava seu futuro com o da Alemanha, os alemães olhavam para outra curva – a da Rússia. Quando a maioria da Europa se sentiu ofuscada pela Alemanha, ela avistou a sombra russa mais ao longe; e muitos alemães pensaram em antever o perigo russo com a mesma sinceridade que outros pensaram em se aliar contra o poderio alemão.

É possível determinar as populações das Grandes Potências, embora antes de 1897 os números russos não passem de especulações; é mais difícil dizer que uso elas fizeram dessas populações. Nenhum Estado-Maior tinha uma ideia precisa de quantos homens poderiam ser chamados para servir efetivamente em tempo de guerra; e, na verdade, a pressão da guerra fez com que recrutassem milhões de homens, que eles anteriormente consideravam ter ultrapassado havia muito a idade militar. Antes de 1914, as autoridades militares em toda parte esperavam que a guerra fosse decidida nas primeiras grandes batalhas, portanto se concentraram no número de homens realmente em armas. Isso as levou a exagerar o poder da Rússia, que, sozinha, tinha mais de um milhão de soldados em serviço, e a menosprezar a Grã-Bretanha, que era incapaz de pôr um exército numeroso em ação. A proporção de homens realmente servindo não parece ter mudado muito para qualquer das Grandes Potências, com exceção da França, entre 1850 e 1914. A Grã-Bretanha e a Alemanha sempre tinham cerca de 1%; a Áustria, cerca de 0,85%; a Rússia começou com um pouco menos e terminou com um pouco mais de 1%. Só a França cometeu um erro enorme e chegou perto de 2%, quando restaurou o serviço de três anos em 1913. Mas esses números não querem dizer nada, como a guerra mundial iria revelar. Para além dos reservistas, impossíveis de calcular, as forças armadas tinham de desempenhar diferentes funções. Os exércitos alemão e austro-húngaro foram

concebidos quase exclusivamente para uma guerra europeia – com exceção das tropas austro-húngaras que ocupavam a Bósnia e a Herzegovina. Os franceses precisavam de um exército enorme no Marrocos, os russos, no Extremo Oriente; os britânicos tinham mais homens na Índia que em seu país e também eram a única potência que mantinha uma força naval de mais de 100 mil homens.

Tabela II. *Estimativas dos gastos com os exércitos das Grandes Potências, 1870-1914 – (em milhões de libras)*

	1870	1880	1890	1900	1910	1914
Alemanha	9,6	18,2	24,2	33,6	40,8	88,4
Áustria-Hungria	7,4	12,4	11,6	12	14,6	28,6
França	15	22,8	28,4	27,8	37,6	39,4
Grã-Bretanha	13,4	15	17,6	21,4	27,6	29,4
Itália	6,4	8,2	11,2	10,8	16,3	18,4
Rússia	18,6	26	24,6	32,1	53,4	64,8

Tabela III. *Estimativas dos gastos com as marinhas das Grandes Potências, 1870-1914 – (em milhões de libras)*

	1870	1880	1890	1900	1910	1914
Alemanha	1,2	2,4	4,6	7,4	20,6	22,4
Áustria-Hungria	0,8	0,8	1,2	1,8	2,8	7,6
França	7	8,6	8,8	14,6	14,8	18
Grã-Bretanha	9,8	10,2	13,8	29,2	40,4	47,4
Itália	1,4	1,8	4,6	4,8	8,2	9,8
Rússia	2,4	3,8	4,4	8,4	9,4	23,6

Tabela IV. *Estimativas dos gastos de defesa das Grandes Potências, 1870-1914 – (em milhões de libras)*

	1870	1880	1890	1900	1910	1914
Alemanha	10,8	20,4	28,8	41	64	110,8
Áustria-Hungria	8,2	13,2	12,8	13,6	17,4	36,4
França	22	31,4	37,4	42,4	52,4	57,4
Grã-Bretanha	23,4	25,2	31,4	116	68	76,8
Itália	7,8	10	14,8	14,6	24,4	28,2
Rússia	22	29,6	29	40,8	63,4	88,2

Talvez valha mais a pena considerar o que as Grandes Potências gastaram com suas forças armadas. Nesse caso, também é preciso fazer algumas advertências. Marinhas eram mais caras que exércitos; e um exército de voluntários, mais caro que um exército de recrutas. Daí a aparência paradoxal de que, durante a maior parte do período, a Grã-Bretanha foi a mais militarista das Grandes Potências. Repito, não é possível dizer qual potência tinha o melhor custo-benefício – provavelmente a Alemanha tinha o melhor, e a Rússia certamente tinha o pior. Como um índice de grandeza, as estimativas totais de defesa são importantes por si sós; mas incluo as estimativas separadas do exército e da marinha como curiosidade, nem que seja pelo fato curioso de que a Grã-Bretanha gastou mais com seu exército do que com sua marinha até quase o final do século XIX.

Esses números nos permitem tirar algumas conclusões. A Áustria-Hungria estava deixando de integrar o rol das Grandes Potências, e a Itália quase não fazia parte dele. Os britânicos tinham deixado de tentar ser uma potência militar em escala continental (o número de 1900 representa, naturalmente, o custo excepcional da Guerra dos Bôeres); por outro lado, eles se mantinham à frente da marinha alemã no século XX de maneira mais decisiva do que tinham feito em relação aos franceses vinte ou trinta anos antes. Depois de 1890, a Alemanha era claramente a maior potência militar do continente. Só a Rússia era capaz de acompanhá-la, e isso de forma ineficiente. A França tinha tentado competir com o exército alemão e a marinha inglesa ao mesmo tempo, mas o esforço foi demasiado, e ela, também, estava ficando para trás. Na verdade, em 1914, a Rússia, a Grã-Bretanha e a Alemanha se destacavam como grandes potências acima do resto; e a Rússia tinha mais reservas pouco exploradas que as outras duas.

Todos concordavam que a conta dos armamentos da Europa estava subindo. Isso pode ser demonstrado de forma mais evidente calculando-se o gasto *per capita*.

Esses números contam a mesma história. A Áustria-Hungria e a Itália estavam fora da corrida. A França, durante muito tempo a potência mais militarista, estava ficando para trás. A Grã-Bretanha e a Alemanha se mantinham no mesmo patamar; e a enorme população da Rússia disfarçava seu atraso relativo.

Um quadro muito diferente aparece se tentamos calcular a proporção da renda nacional destinada aos armamentos. Nesse caso, não temos números anteriores a 1914, com exceção da Grã-Bretanha; e mesmo estes não são muito mais que suposições.